



Início das obras do complexo hidrelétrico, planeja para abrigar até seis usinas, prevê gerar 3,6 mil megawatts no rio Teles Pires, com investimentos de R\$ 20 bilhões; a Neoenergia é a principal acionista do consórcio concessionário

Energia Obras de projeto hidrelétrico no MT são alvo de denúncias socioambientais de promotores do MPF e MPE

Ações judiciais tentam barrar Teles Pires

André Borges
De Brasília

A construção de uma sequência de hidrelétricas no rio Teles Pires, região Norte do Mato Grosso, começa a viver seu pesadelo socioambiental, uma etapa que parece ter se tornado obrigatória para as usinas projetadas na Amazônia. Juntos, o Ministério Público Federal (MPF) do Pará e o Ministério Público Estadual (MPE) do Mato Grosso deram início a uma batalha judicial contra a forma com que os projetos têm sido liberados e executados na região. Só na última semana, conforme apurou o **Valor**, foram ajuizadas três ações pedindo a paralisação da hidrelétrica de Teles Pires. Outros processos contra a usina já estão em andamento e serão apresentados nos próximos dias. Parte das ações também será direcionada às cinco hidrelétricas que estão em fase de estudos ou construção na região.

Principal empreendimento da região, a usina de Teles Pires teve as obras iniciadas em agosto. Na semana passada, o Ministério Público pediu a suspensão da obra porque, segundo os promotores, o Ibama fez o licenciamento da usina sem cumprir as normas da legislação estadual. O projeto da hidrelétrica, de acordo com o MP, deveria ter passado pela Assembleia Legislativa do Mato Grosso, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Conselho Estadual de Meio Ambiente. A Justiça não acatou o pedido de liminar apresentado pelo MPE e MPF, mas os representantes do Ministério Público avisaram que vão recorrer da decisão. "O processo de licenciamento foi atropelado pelo órgão ambiental federal e, com isso, não houve discussão com as autoridades locais", disse o promotor do MPE, Marcelo Vacchiano.

Uma segunda ação apresentada à Justiça alega que o consórcio de Teles Pires não tem cumprido seus acordos para aplicação de R\$ 11 milhões em Paranaíta e Alta Floresta (MG), conforme acordo firmado com os dois municípios em julho. "Os municípios apresentaram a lista dos investimentos compensatórios necessários devido à obra, mas nada do que prometeram foi entregue", disse.

Nova fronteira

Norte do Mato Grosso recebe um dos maiores projetos elétricos do país



Fonte: Empresa

Usina de Teles Pires

Potência instalada: 1.820 MW
Investimento: R\$ 3,6 bilhões
Consórcio controlador: Neoenergia (50,1%), Eletrosul (24,5%), Furnas (24,5%) e Odebrecht (0,9%)
Valor da energia: R\$ 58,36

Usina Colíder

Potência instalada: 300 MW
Investimento: R\$ 1,57 bilhão
Consórcio controlador: Copel
Valor da energia: R\$ 103,40

As reclamações são endossadas pela prefeita de Alta Floresta, Maria Izaura. "Os problemas sociais do município estão crescendo. Nossa rodoviária passa por um movimento imenso de ônibus. Todas as escolas estão com pedido de reserva de matrícula e os hospitais estão mais cheios do que nunca", disse Izaura. "Houve crescimento de violência e assaltos, coisa que dificilmente acontecia por aqui. Queremos a suspensão das obras enquanto as promessas não saírem do papel."

Na sexta-feira, uma terceira ação contra Teles Pires foi ajuizada no município de Sinop. O MPE e o MPF cobram a execução de um projeto para controle de malária na região. "O consórcio tinha que construir um laboratório e contratar funcionários. Não foi feito. Em Paranaíta, já há casos de malária que foram identificados no canteiro de obras de Teles Pires", comentou Piccoli.

O executivo também reagiu às acusações de que, até agora, nenhum centavo foi repassado para os municípios por conta das obras compensatórias previstas. "Nossa licença de instalação só saiu em agosto, não há como fazer as coisas do dia para a noite. Ligue para qualquer empresa e peça uma ambulância para você ver o que acontece. Não há entrega disponível em menos de 90 dias", comentou. "Não existe nenhum atraso, estamos cumprindo rigorosamente o que assumimos."

Os conflitos entre empreendedores, prefeitos e Ministério Público estão espalhados nas demais usinas projetadas ou em já construção no rio Teles Pires. Na semana passada, a Justiça Federal concedeu uma liminar que paralisou o processo de licenciamento ambiental realizado nas hidrelétricas de Magessi, Sinop e Colíder, esta última já em plena construção. Diferentemente do que ocorreu

lado de um trabalhador que, ao retornar para o canteiro de obras após uma viagem a Porto Velho (RO), contraiu a doença. "Esse funcionário já foi isolado e a situação está sob controle", disse.

Perguntado sobre a montagem do laboratório para tratamento da doença, o presidente do consórcio informou que o projeto só foi aprovado na semana passada pela Secretaria de Vigilância Sanitária, o que levou ao atraso. "Enquanto isso, instalamos todos os equipamentos na usina", disse.

Em novembro, o Ministério Público também conseguiu suspender as audiências públicas para leiloar a usina de São Manoel, no rio Teles Pires. Com a decisão da Justiça, o projeto foi excluído do leilão que acontece no próximo dia 20.

O projeto energético do governo prevê a instalação de até seis hidrelétricas na região, com capacidade de gerar 3,6 mil megawatts (MW). Esse conjunto de obras movimentará cerca de R\$ 20 bilhões e mais de 20 mil empregos diretos nos próximos anos. As duas usinas que já estão em construção são de Teles Pires e Colíder.

Ontem, em mais uma etapa de negociação, o consórcio Teles Pires se reuniu com os prefeitos locais para assinar o contrato com uma auditoria externa, que irá monitorar o cumprimento de ações compensatórias. O acordo, de cerca de R\$ 1,5 milhão, foi assinado com a Universidade Federal de Goiás. "Foi um processo desgastante. Colocaram mil e um defeitos no projeto da universidade só para ganhar mais tempo", disse Maria Izaura, prefeita de Alta Floresta.

DNIT

Ministério dos Transportes

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, Autarquia Federal vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede em Brasília-DF, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 3, Bloco "A" – Edifício Núcleo dos Transportes, realizará, em atendimento ao disposto no art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Audiência Pública, referente às Obras de Reabilitação (recuperação/ restauração e manutenção) – CREMA 1ª Etapa nas rodovias do estado da Bahia. A Audiência Pública será realizada às 09h00min do dia 28 de dezembro de 2011, no Auditório da Sup. Regional do Estado da Bahia, Av. Frederico Pontes nº 141 – Comércio – Salvador – Bahia – CEP: 40.460-000. Durante a Audiência os interessados terão acesso a todas as informações disponíveis.

Brasília, 12 de dezembro de 2011

TARCISIO GOMES DE FREITAS
Diretor Executivo

EMBRAER

EMBRAER S.A.

ERJ
LISTED
NYSE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas da EMBRAER S.A. (a "Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 10 de janeiro de 2012, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadier Faria Lima, 2.770, bairro Centro Sul, a Segunda Torre do Edifício. Em referência ao Edital de Convocação do Comitê de Riscos para Comissão de Auditoria e Riscos, estabelecendo que concentrarão as atuais atividades o "capítulo", parágrafo 1º, parágrafo 2º, e inclusão do parágrafo 3º do Art. 34, para alterar a denominação do Comitê de Riscos para Comissão de Auditoria e Riscos, bem como as descriptas no atual parágrafo 4º do Art. 43 do Estatuto Social, com a consequente exclusão deste, e exclusão da alínea "c" do seu item 4º, bem como a renumeração dos subsequentes (ii); (iii) inclusão de novos Art. 60 e 61, e alteração dos subsequentes, incluindo o novo Art. 27, que exclui o item 2º da alínea "d" do item 4º do conselho de administração se acionista, conforme alterações da Lei nº 6.404/76; d) consolidação do Estatuto Social da Companhia; Alteração das cláusulas 6.1, 7.1 e 7.2 do Programa para a Outorga de Opções de Compra de Ações, no que tange aos prazos de aquisição do direito ao exercício de opção de compra de ações e de exercício da referida opção. Em conformidade com o parágrafo 6º do Artigo 124 e parágrafo 27 do Artigo 135 da Lei nº 6.404/76, os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária ora convocada, inclusive os referidos nos Artigos 11 e 13 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas da sede da Companhia e nos websites da Companhia (www.embraer.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da BMF&Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) na Rede Mundial de Computadores. **Instruções Gerais:** a) Nos termos da Assembleia Geral Extraordinária a que se refere o presente Edital deverão ser depositados na sede da Companhia, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral Extraordinária. As pessoas presentes na Assembleia Geral Extraordinária deverão provar sua qualidade de Acionista Brasileiro ou Estrangeiro. Em caso de dúvida, a Companhia poderá exigir com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral Extraordinária, expedido pela instituição custodiana, ou exibição de documento hábil de identidade. b) Os acionistas que tenham suas ações depositadas na custódia fungível de ações, que desejem participar da Assembleia Geral Extraordinária, deverão apresentar extrato fornecido pela instituição custodiana confirmando suas respectivas posições acionárias, com a antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária; e c) Para fins de verificação do limite de votos que poderão ser exercidos na Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deverão informar à Companhia com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral Extraordinária se pertencem a Grupo de Acionistas, conforme tal termo é definido no Estatuto Social da Companhia. São José dos Campos, 9 de dezembro de 2011. **Mauricio Novis Botelho** - Presidente do Conselho de Administração. **Errata:** Embraer S.A. informa que o item 1(a) e 1(b) do Edital de Convocação publicado em 9 de dezembro de 2011 sofreram alterações e devem ser lidos conforme consta no presente Edital. (12, 13, 14)

PGR

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Ministério PÚBLICO Federal

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS nº 002/2011

A Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria Geral da República torna público para conhecimento dos interessados que serão recebidas às 10h00 do dia 29 de dezembro de 2011, no Auditório da CPL/PGR, localizada no Edifício-Sede da PGR, sito à SAF Sul, Quadra 04, Conjunto 3ºC, Bloco "B", Sala 202, nesta Capital, documentação relativa à habilitação, bem como as propostas para a Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de reforma em ambientes do 5º pavimento do bloco B do edifício-sede da Procuradoria Geral da República. A cópia do edital poderá ser obtida pela empresa interessada, no endereço acima mencionado de 12:00 às 18:00 horas ou no site (www.pgr.mpf.gov.br).

FRANCISCO DE JESUS DA SILVA ARAÚJO

Presidente CPL/PGR

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS nº 003/2011

A Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria Geral da República torna público para conhecimento dos interessados que serão recebidas às 14h00 do dia 29 de dezembro de 2011, no Auditório da CPL/PGR, localizada no Edifício-Sede da PGR, sito à SAF Sul, Quadra 04, Conjunto 3ºC, Bloco "B", Sala 202, nesta Capital, documentação relativa à habilitação, bem como as propostas para a Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de reforma em ambientes do 5º pavimento do bloco B do edifício-sede da Procuradoria Geral da República. A cópia do edital poderá ser obtida pela empresa interessada, no endereço acima mencionado de 12:00 às 18:00 horas ou no site (www.pgr.mpf.gov.br).

FRANCISCO DE JESUS DA SILVA ARAÚJO

Presidente CPL/PGR

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 141/2011

A Procuradoria-Geral da República por meio de seu pregoeiro torna público para conhecimento dos interessados, que serão recebidas às 13h00 do dia 26 de dezembro de 2011, no Auditório da CPL/PGR, localizada no Edifício-Sede, Bloco "B", 2º andar, sala 202, sito à SAF – Sul, Quadra 04, Conjunto 3ºC, Brasília-DF, propostas, bem como a documentação relativa à habilitação para aquisição de licenças permanentes de uso de software de gestão estratégica e gestão de projetos, baseado na metodologia Balanced Scorecard – BSC – e PMBOK, para número ilimitado de usuários, incluindo os serviços de implantação, implementação, personalização e configuração do ambiente corporativo de gestão estratégica e de projetos, bem como capacitação técnica presencial básica para uso da ferramenta. A cópia do Edital poderá ser obtida pela empresa interessada, no endereço acima mencionado, das 12:00 às 18:00 horas, ou no site (www.pgr.mpf.gov.br).

FRANCIAO DE JESUS DA SILVA ARAÚJO

Pregoeiro/PGR

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÉNCIA E TECNOLOGIA CEARÁ

Ministério da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
EQUIPE DE PREGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico por SRP 10/2011

OBJETO: Obtenção de REGISTRO DE PREÇOS destinado à aquisição de equipamentos de informática para atender as demandas do Instituto Federal de Educação Ciéncia e Tecnologia do Ceará – IFCE - Reitoria e Órgãos Participantes. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM. EDITAL: disponível 24h no site do comprasnet a partir de 13/12/2011 até a data de abertura do certame. ENDEREÇO: Rua Dr. José Lourenço, 3000 - Bairro Joaquim Távora – Fortaleza - CE. ENVIO DAS PROPOSTAS: a partir de 13/12/2011 até a data de abertura do certame através do site www.comprasnet.gov.br. ABERTURA: 23/12/2011 às 10h00 – Horário de Brasília-DF.

Angelo Ernani Freitas Maia
Pregoeiro

Valor
GRANDES GRUPOS